

Boletim Intersul

Sinergia-Fpolis – Sintresc – Stieel – Sintevi – Sindinorte – Sindeneel – Sindel – Sinergia-MS – Apous

Boletim. 062-12

sexta-feira

20-04-2012

Estas e outras notícias de interesse dos eletricitários estão na página da Intersul:

<http://www.intersul.org.br>

Transcrevemos abaixo o pronunciamento que o Senador Paulo Paim proferiu ao Senado no dia 17/04/2012 com relação a notificação do Ministério Público do Trabalho à Eletrosul a respeito da política de operação que esta está implementando.

Encaminhamos pronunciamento que o Senador Paulo Paim proferiu no dia de ontem. Atenciosamente, com as cordiais saudações do Senador,

Luciana Vieira
Gabinete do Senador Paulo Paim-PT/RS

Senador Paulo Paim – PT/RS

paulopaim@senador.gov.br

Registro sobre notificação do MPT à Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores.

Vou entrar em uma questão muito importante que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica.

Recentemente o Ministério Público do trabalho em Santa Catarina expediu uma Notificação Recomendatória às **Centrais Elétricas Brasileiras S.A.** – Eletrobrás e à sua subsidiária Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

A Notificação determina a suspensão imediata da implantação da nova política de operação da Eletrosul que visa somente **diminuir seus custos** operacionais, por meio do telecontrole de usinas e subestações de energia.

Isso na prática significa fazer o gerenciamento do abastecimento de energia a partir **de centrais computadorizadas**, dispensando boa parte da mão de obra humana.

Isso, Senhor Presidente, precisa ser muito bem avaliado.

Em Florianópolis e região metropolitana o processo seria implantado desde 11 de abril, mas **a Notificação do Ministério** Público do Trabalho determinou que o processo parasse até posterior negociação com **os sindicatos e só deverá ser** retomado mediante apresentação de documentos que comprovem perante o MPT que **as alterações a serem** implementadas não configuram assédio moral, tampouco colocam em risco a vida dos trabalhadores, cause **danos ao patrimônio público ou** coloque em risco o acesso aos consumidores a energia elétrica, sem risco de desabastecimento.

O Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá acredita que *“a forma como o processo vem ocorrendo configura grave violação aos **direitos fundamentais dos trabalhadores**, a um ambiente de trabalho livre de assédio moral.*

A empresa adota de forma absolutamente temerária procedimentos que colocam em risco, a um só tempo, a vida dos trabalhadores, o patrimônio público e o fornecimento de energia elétrica a cerca de 30 milhões de habitantes...

... O mais curioso é que os próprios documentos apresentados pela empresa comprovam, de forma cabal, estes riscos e mesmo assim elas seguem cometendo graves ilícitos por razões meramente financeiras, conduta que o MPT e toda a sociedade não pode admitir”.

Senhoras e Senhores Senadores,

Os argumentos consideram, em primeiro lugar, o art. 3º da Convenção 155 da OIT que diz: "o termo saúde, em relação ao trabalho, abrange não somente. **a ausência de afecções ou de doença**, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e higiene no trabalho".

O Relatório Global do Processo de Certificação de Operadores, de 27 de setembro de 2011, documento produzido pela própria ELETROSUL, revela **que cerca da metade dos** operadores apresenta alta vulnerabilidade ao estresse. Fato que, após minucioso estudo, o procurador Sandro relaciona a nova política de operações da empresa.

O procurador enfatizou "A conduta da direção da Eletrosul nesse processo, além de unilateral, não tem sido clara nem frequente, criando um clima de ansiedade e incertezas".

Quero destacar ainda, Senhor Presidente, que consta do documento que me foi enviado pelo SINERGIA - Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região que **o processo de teleassistência das** instalações, também descumpra cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, **prevendo que a revisão e efetivação** da Política de Operação seria objeto de amplo debate e tratativas com o SINERGIA, **e as demais entidades integrantes da** Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul – INTERSUL.

No documento também consta que nas audiências de mediação realizadas no âmbito do MPT envolvendo a Eletrosul não houve avanços, **observando-se verdadeira** intransigência da empresa em debater as alterações que afetam de forma substancial os operadores do sistema.

Por último, a notificação do MPT considera que eventual desabastecimento de energia elétrica por falha decorrente da nova política de operação afetará mais de 30 milhões de habitantes nos **Estados do Rio Grande do Sul, Santa** Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, distribuídos em cerca de 1.267 Municípios, **podendo o problema ganhar** dimensão nacional, já que o Sistema Elétrico Brasileiro é todo interligado.

Eu quero dizer que compartilho da preocupação do Sinergia e do Ministério Público do Trabalho.

Considero a atitude do MPT muito assertiva. É preciso, de fato, que essa questão seja esclarecida, debatida e que os direitos dos trabalhadores, o patrimônio público e a sociedade sejam preservados.

Era o que tinha a dizer,

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Senador Paulo Paim – PT/RS.

Acesse a página da Intersul: www.intersul.org.br
Acesse a página da Federação: www.fnucut.org.br
Cadastre-se e receba o Boletim da Intersul diretamente no seu e-mail pessoal:
juraci@intersul.org.br ou rogerio@intersul.org.br